

A. I. Nº - 232185.0064/07-7
AUTUADO - COBEG COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA.
AUTUANTE - MARCOS GOMES LOPES
ORIGEM - INFAZ BRUMADO
INTERNET - 08/08/2008

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0228-03/08

EMENTA: ICMS. 1. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS ENQUADRADAS NO REGIME DE SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA. a) RECOLHIMENTO EFETUADO A MENOS. b) FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Nas aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de substituição tributária, não havendo acordo (convênio ou protocolo) que preveja a retenção do imposto pelo remetente, e não sendo previsto o pagamento do tributo no posto fiscal de fronteira, cabe ao destinatário efetuar a antecipação do imposto sobre o valor adicionado no prazo regulamentar. Refeitos os cálculos, o débito originalmente apurado ficou reduzido. **2. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. ENTRADAS INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. a) FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. b) RECOLHIMENTO EFETUADO A MENOS.** É devido o pagamento na primeira repartição fazendária do percurso de entrada neste Estado, a título de antecipação parcial do ICMS, em valor correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual, nas entradas de mercadorias adquiridas para comercialização, não enquadradas no regime da substituição tributária. Refeitos os cálculos, o débito apurado ficou reduzido. **3. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. FALTA DE ESCRITURAÇÃO DE NOTA FISCAL NO REGISTRO DE ENTRADAS. MERCADORIAS SUJEITAS A TRIBUTAÇÃO.** Descumprimento de obrigação acessória. Multa de 10% do valor comercial das mercadorias. Autuado não contestou. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE.** Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 10/12/2007, refere-se à exigência de R\$2.676,60 de ICMS, acrescido da multa de 60%, além de penalidade por descumprimento de obrigação acessória no valor total de R\$403,19, tendo em vista que foram constatadas as seguintes irregularidades:

Infração 01: Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias de outras unidades da Federação, relacionadas no Anexo 88 do RICMS/BA, nos meses de setembro e novembro de 2002; além de setembro de 2006. Valor do débito: R\$130,27.

Infração 02: Efetuou o recolhimento a menos do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias de outras unidades da Federação, relacionadas no Anexo 88 do RICMS/BA, nos meses de fevereiro, junho e agosto de 2006. Valor do débito: R\$2.026,75.

Infração 03: Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS antecipação parcial, referente às aquisições para comercialização de mercadorias de outras unidades da Federação, nos meses de janeiro, março, maio e outubro de 2006. Valor do débito: R\$318,15.

Infração 04: Recolhimento efetuado a menos do ICMS antecipação parcial, referente às aquisições para comercialização de mercadorias de outras unidades da Federação, nos meses de agosto, setembro e novembro de 2006. Valor do débito: R\$201,43.

Infração 05: Deu entrada no estabelecimento de mercadoria sujeita a tributação sem o devido registro na escrita fiscal, conforme notas fiscais 38576, 6113, 97942 e 100249, sendo exigido multa no valor total de R\$403,19.

O autuado apresentou impugnação à fl. 36, pedindo, em relação à primeira infração, que seja excluída a NF 82834. Quanto à infração 02, o defendente pede que desconsidere a cobrança referente às Notas Fiscais de números 8771 e 11179. Pede também, que seja desconsiderada a exigência fiscal referente à NF 104792, da terceira infração. Em relação à infração 04, pede que sejam desconsideradas as Notas Fiscais de números 102241, 25664, 17405, 74666, 75596, considerando que os valores exigidos foram recolhidos, conforme Auto de Infração de nº 232895.0011/07-0, lavrado em 28/08/2007. Finaliza, pedindo a procedência parcial do presente Auto de Infração.

O autuante, em sua informação fiscal às fls. 42/43 dos autos, esclarece que houve a lavratura do Auto de Infração de nº 232895.0011/07-0, em 28/08/2007, com a ciência do contribuinte em 11/09/2007, que incluiu parte da exigência do imposto no presente Auto de Infração. Reconhece a procedência das alegações defensivas e diz que elaborou demonstrativo à fl. 43 do PAF, com as retificações efetuadas. Pede a procedência parcial da presente autuação fiscal.

À fl. 49 do PAF, o autuado foi intimado da informação fiscal prestada pelo autuante, constando na própria intimação a comprovação assinada pelo representante do contribuinte, de que recebeu cópia da mencionada informação fiscal. Decorrido o prazo concedido, o defendente não se manifestou.

Consta à fl. 51, extrato SIGAT referente ao pagamento parcial do débito apurado no presente Auto de Infração, no valor principal reconhecido de R\$1.072,02.

VOTO

A primeira infração trata da falta de o recolhimento e a segunda infração de recolhimento efetuado a menos, do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições de mercadorias de outras unidades da Federação, relacionadas no Anexo 88 do RICMS/BA.

A infração 03 se refere à falta de recolhimento, e a infração 04, recolhimento efetuado a menos, do ICMS antecipação parcial, referente às aquisições para comercialização de mercadorias de outras unidades da Federação.

Em sua impugnação, o autuado alega que as seguintes notas fiscais foram objeto do Auto de Infração de nº 232895.0011/07-0, lavrado anteriormente, em 28/08/2007: infração 01: NF 82834; infração 02: Notas Fiscais de números 8771 e 11179; infração 03: NF 104792; infração 04: Notas Fiscais de números 102241, 25664, 17405, 74666, 75596.

Analisando os documentos acostados ao presente processo, o autuante concluiu que assiste razão ao defendente, por isso, refez o demonstrativo de débito à fl. 43. Portanto, acato as conclusões apresentadas pelo autuante após os ajustes efetuados no levantamento fiscal e concluo pela procedência parcial dessas infrações.

De acordo com as alegações defensivas, o autuado impugnou somente as infrações 01 e 04, inexistindo qualquer contestação quanto à infração 05. Assim, considero procedente o item não contestado, haja vista que não existe controvérsia.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **232185.0064/07-7**, lavrado contra **COBEG COMÉRCIO DE BEBIDAS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$668,83**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor total de **R\$403,19**, prevista no art. 42, inciso IX, da mencionada Lei, e dos acréscimos moratórios de acordo com o previsto pela Lei 9.837/05, devendo ser homologados os valores já recolhidos.

Sala das Sessões do CONSEF, 28 de julho de 2008

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE/RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA - JULGADORA

OLAVO JOSÉ GOUVEIA OLIVA - JULGADOR